

UMA PRINCESA “TOMBADA” ÀS MARGENS DO RIO SALGADO dinâmica urbana e ações preservacionistas na cidade de Icó, CE

O artigo versa sobre a análise dos discursos preservacionistas e seu rebatimento nas ações de intervenção no núcleo urbano de Icó / CE – cidade tombada pelo IPHAN como Patrimônio Nacional em 1997 – pautados numa pretensa “valorização” do **Lugar Sertão**, transformando-o em “atrativo” turístico. Dentro dos parâmetros seguidos, a característica competitiva do lugar passa a se sobressair perante a sua representatividade cultural, visto que esta última por si só não se mostra capaz de reverter o quadro de estagnação e, como conseqüência a melhoria da qualidade de vida da cidade. Entretanto, é através de sua condição de objeto de significação de valores simbólico-culturais – a **cidade-documento** atestada pelo IPHAN – que serão captados os recursos financeiros necessários à implementação dos projetos de reordenamento urbano. Tais ações tendem, entretanto a reduzir o lugar à sua instância **imagética**, de privilégio do **ver** sobre o **ser**.

Em dezembro de 1997, o núcleo histórico da cidade de Icó, no Estado do Ceará, passa a ser considerado Patrimônio Nacional, o que evidencia sua importância como elemento fundamental no que diz respeito à documentação de um significativo capítulo da história do país, por ser um espaço que atesta a conquista territorial do Nordeste e sua conformação, particularmente do Ceará, nos séculos XVII, XVIII e XIX, amparadas nos sistemas econômicos da pecuária e do algodão.

O núcleo tombado evidencia esses aspectos através da materialidade dos edifícios e as justificativas apresentadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, órgão responsável pelas ações preservacionistas, o que permite relacionar esse espaço com a imagem de um “passado” que foi próspero: uma época em que a cidade era conhecida como “A Princesa dos Sertões”.

Esse passado já não mais existe. A cidade de Icó, a partir do século XX, passa a vivenciar um intenso processo de decadência e, atualmente, situada no perímetro delimitado pelo Polígono das Secas, apresenta uma depreciação crescente de seu espaço físico, antes próspero, fazendo jus ao título de “cidade do já teve”.

Pensemos então ao presente. Hoje, apesar de Patrimônio Nacional, a forma material da Princesa dos Sertões permanece estagnada, sobrevivendo apesar de não mais representar todas as funções e finalidades que lhe deram origem. E o que fazer? Podemos ver que, no mundo contemporâneo, as ações tendem, com relativa frequência, a inserirem esses espaços em outro contexto, relacionado-os a funções diferenciadas daquelas para as quais foram originalmente criadas.

Dentro dessa abordagem, a institucionalização das práticas preservacionistas – que se afirma então durante a transição dos séculos XIX e XX – passa a ser inserida, objetivando evitar uma perda (coletividade e estabilidade), porém com ressemantização de valores: as novas relações entre espaço e sociedade redefinem, na maior parte das vezes, as relações entre função e espaço edificado, de forma que não é raro notarmos intervenções “preservacionistas” que acabaram por promover uma radical ou completa descaracterização do que se pretendia resguardar.

Por outro lado, percebe-se que essas ações preservacionistas, desde seus primórdios, desenvolvem-se concomitantemente e em consonância com as grandes transformações urbanas ocorridas durante o período em questão, de acordo com os novos valores que regem o espaço, que criam novas estruturas urbanas pautadas nos avanços tecnológicos e informacionais e nas questões de mercado. Ou seja, enquanto a ordem mais geral determina as modificações no ambiente urbano, as ações de preservação são instituídas levando-se em conta uma redefinição de sua função dentro da divisão social do espaço, como afirma Milet: "... a permanência desses espaços só é possível... na medida em que seu significado seja reinterpretado, ou seja, é necessário que o suporte físico ambiente construído, herança de formas sociais anteriores, se adeque às atividades e necessidades desenvolvidas por uma sociedade produtora de mercadorias" (MILET, 1988, p.47).

O objetivo desta comunicação consiste em, a partir de análise do processo de tombamento do núcleo histórico de Icó – através de embasamento teórico e pesquisas de campo –, apresentar como a prática institucionalizada acompanha – e ratifica – o caráter paradoxal da modernidade. Em se tratando da preservação dos núcleos históricos das cidades, esse paradoxo estará indicado na ressemantização dos espaços: se, por um lado, viabiliza a preservação da materialidade, por outro a descontextualiza e auxilia no processo de dessacralização dos mesmos.

Num primeiro momento, buscar-se-á evidenciar essas questões numa abordagem mais geral, tomando como base a gênese do pensamento preservacionista institucionalizado e todo o processo de formação do corpo de regras que irá reger as ações, passando por todas as fases – legitimação do poder, preservação e desenvolvimento, preservação e prática do planejamento urbano, preservação e indústria cultural –, orientando essas questões para o contexto nacional, onde se insere-se o processo de tombamento do núcleo histórico de Icó, como cidade-documento da civilização do couro. Numa era global, essa imagem será elevada à condição de singularidade.

Como o discurso preservacionista contemporâneo, aliado às ações de planejamento urbano, passam a trabalhar com o conceito de qualidade do lugar, em prol da requalificação dos espaços, julga-se necessário caracterizar Icó como lugar. Essa será a tônica do segundo bloco de discussão, em que, de início, buscar-se-á evidenciar a importância do núcleo como parte integrante do processo de conformação do território cearense. Cumpre perceber e ressaltar que, à medida que se estabelecem as atividades produtivas, o território vai sendo continuamente conformado, isto é, as relações sociais vão sendo concomitantemente espacializadas, tornando-se referenciais como espaço vivido.

Embasados na definição de qualidade de lugar, parte-se para uma tentativa de revalorização da cidade, a partir do tombamento de seu núcleo histórico. Entretanto, ao mesmo tempo em que a possibilidade de valorização da cidade através de seu patrimônio cultural se torna palpável, ela se revela ambígua, quando atesta-se a necessidade de inseri-la no mundo de acumulação flexível. A qualidade do lugar se dará, portanto, pela capacidade de esse se adequar à sua condição de espaço de competitividade, onde a condição ocupada pelo núcleo histórico de Icó, como espaço cultural representativo, será utilizada como álibi para a sua inserção no contexto.

O terceiro bloco de questões versará sobre a atuação dos agentes responsáveis pela definição da cidade de Icó como lugar, considerando-se os seguintes pontos: entendendo que a prática preservacionista – através da atuação do IPHAN – e as ações do planejamento urbano – através das propostas estabelecidas pelo PROURB¹ – serão os agentes que irão atestar e definir a qualidade de Icó como lugar, como serão estabelecidos os parâmetros de definição? Para quem são direcionadas as ações? As intervenções – em projeto e as realizadas – enfatizam a essência ou singularidade do lugar?

Ciente da importância das discussões acerca da conceituação de lugar², procurar-se-á responder às questões por ora colocadas, no intuito de servirem como base para reafirmar a condição paradoxal das práticas preservacionistas inseridas num contexto maior, como parte integrante da formação da modernidade, essa grande interrogação, atualmente exacerbada a partir da afirmação de nossa condição pós-moderna.

O Moderno e a Memória: o caminho trilhado pela institucionalização das práticas preservacionistas

O caminho trilhado pela institucionalização da memória, através do discurso e da prática preservacionistas, gira em torno da ressemantização dos bens culturais, com esses a cumprirem uma função que, no caso dos bens culturais imóveis – edifícios e centros históricos –, passa a ser ditada pelos agentes e valores ordenadores do espaço, a revelar práticas paradoxais, entre o preservar e o destruir, tanto no âmbito conceitual como no da materialidade.

No caso específico da ação preservacionista no Brasil, numa primeira instância (1937 – 1979), foi conferida uma abordagem homogeneizadora aos bens artísticos e históricos, atrelada ao estabelecimento do ideal de nação, em que o Estado – orientado por intelectuais modernistas –, como legitimador desse processo, passa a adotar esses bens como veículos propagadores desse ideal, a retratarem um passado rico, heróico e belo, através de seu caráter de excepcionalidade, como objetos artísticos aptos à contemplação.

Num segundo momento (1979 – 1985), as práticas são direcionadas para a afirmação de uma condição de diversidade dos bens representativos desta nação, em detrimento da conceituação canônica e elitizadora até então utilizada. As novas abordagens conceituais privilegiam a relativização do culto aos monumentos, ao mesmo tempo em que se atesta a ineficácia da condição eminentemente “artística” dos centros históricos, no que tange à busca de soluções para os problemas urbanos ocasionados pela dinâmica das cidades, que se apresentam, ao mesmo tempo, como obras de arte, espaços de vivência e alvos da lei do mercado.

As mudanças no discurso e nas práticas de preservação, portanto, vão orientar a ressemantização dos espaços, a partir dos seguintes valores e agentes: a condição de obra de arte continua a ser ressaltada, embora ocorra a expansão tipológica patrimonial; o bem artístico e histórico passa a ser definido como bem cultural; as questões patrimoniais passam a ter um direcionamento mais social, de cidadania; a nova função dos espaços tende a orientar as ações numa perspectiva mais

mercadológica; o Estado continua a utilizar o bem patrimonial como instrumento de legitimação do poder, embora, numa atitude “modernizante”, abra canal para a inserção de outros agentes, exteriorizando a questão. Abre-se, portanto, precedente para a banalização da prática preservacionista, a partir do momento em que todas as instâncias passam a reivindicar esse direito à condição de bens passíveis de preservação.

Numa abordagem mais recente, a partir da década de 90, atesta-se a exacerbação dessas questões. A diversidade cultural vira um “vale-tudo”, legitimado pela ação do órgão responsável pelo saber especializado e pela orientação conceitual – o IPHAN¹, que, entretanto, revela sua necessidade da articulação com outros agentes, para o bom desempenho das funções. Por outro lado, a política de planejamento urbano implementada a partir dos anos 80 também orienta a “democratização” das ações, com a “valorização” da instância do poder municipal nas questões relacionadas com a gestão e captação de recursos financeiros, através da prática do desenvolvimento local e sustentável, em prol da diminuição das desigualdades socioeconômicas. Ao mesmo tempo, com o amparo do discurso da “modernização”, abre-se espaço para o fortalecimento de práticas globalizantes nesses locais, dentre as quais se observa um apelo veemente em prol do desenvolvimento da atividade turística.

As práticas preservacionistas contemporâneas, então, vão apontar para a ressemantização do patrimônio cultural, tendo em vista a “utilização”, por parte das práticas capitalistas, desse patrimônio como produto apto a funcionar como “pólo de atração de capital”. Em outras palavras: a prática preservacionista contemporânea, ao valorizar o lugar como espaço de significação cultural, torna-o apto a responder à sua função no mundo capitalista, como espaço competitivo. Essa condição acaba, na maioria das vezes, por afastar essa prática de sua finalidade de origem, revelando-se como paradoxo e atestando a sua condição como elemento caracterizador da modernidade.

Entretanto, será que o discurso e a ação preservacionistas resultantes dessa prática estarão realmente evidenciando a qualidade do lugar? Antes de qualquer afirmação, é preciso que se caracterize Icó como lugar.

Icó, um lugar

A definição de lugar aparece atualmente como um dos temas mais abordados pelos segmentos que trabalham com a cidade e o planejamento urbano, e, no caso mais específico, nas intervenções direcionadas à valorização desses espaços através da preservação do patrimônio cultural, visto que a caracterização do lugar se apresenta como uma das peças-chave para qualificá-lo como “espaço defensável” frente à massacrante tendência ao homogêneo imposta pelo mundo contemporâneo. Atesta-se a importância dessa abordagem, porém passa-se a questionar a maneira como está se estabelecendo essa característica que irá diferenciar os lugares frente ao mundo homogêneo.

A respeito desta abordagem, parte-se para alguns questionamentos. No atual contexto, é possível, ainda, pensar o lugar como singularidade? Se ainda é possível, como se pode apreender essa singularidade em sua essência?

No entendimento de Carlos (1996), essa questão passa pela definição de lugar como espaço vivido, onde a vida se desenvolve em todas as suas dimensões. Essa abordagem procura afastar a noção da representação do lugar como “triumfo das formas e não da vida” (CARLOS, 1996, p.20), definição muito comum quando nos confrontamos com leituras que privilegiam o visual frente aos demais sentidos, característica da prática contemporânea, onde o ver predomina sobre o ser.

Essa também é a preocupação de Walter Benjamin, nas suas leituras sobre as cidades, nas quais atesta que os edifícios, ao contemplarem uma dupla função de recepção – a ótica e a tátil –, não podem ter sua especificidade compreendida apenas por um estado de contemplação, e sim por sua habituabilidade (BENJAMIN, 1987, p.193).

Parte-se, portanto, de uma definição de lugar como “base da reprodução da vida (...) analisado pela tríade habitante – identidade – lugar” (CARLOS, 1996, p.20), identidade essa que funciona como vínculo entre o habitar – no sentido de ser e pertencer – e o lugar.

Torna-se necessário evidenciar que essa será a abordagem utilizada no que diz respeito à leitura do núcleo urbano de Icó como lugar, ou seja, a formação dessa identidade (CARLOS, 1996) através da compreensão das práticas cotidianas detectadas na espacialização das relações sociais, estabelecendo o que Jameson (2000) determina como transmissão de experiência coerente. Esse processo deverá ser entendido através da apreensão dos momentos de rupturas e permanências, vistos a partir do presente, porém de acordo com o pensamento benjaminiano, que não vê o passado como algo neutro.

Baseado nessa concepção, analiso o núcleo urbano de Icó como lugar do reconhecimento do processo de formação e transformação do território cearense, vinculando-o ao atual processo de globalização. Dentro dessa ótica, tratarei de reconhecer todo o processo de rupturas e permanências que direcionem à leitura do núcleo urbano como **Vila Pastoril, Princesa dos Sertões, Cidade do Já-teve e Cidade-Patrimônio Nacional**.

Ceará: um grande curral!

Diversos foram os fatores que fizeram com que o Ceará entrasse tarde para a história econômica do Brasil colônia e que causaram a disparidade entre essa capitania e as de Pernambuco e Bahia: a resistência dos indígenas, as dificuldades de acesso à costa, a forte ocupação francesa no Maranhão, estendida até terras cearenses. Todavia o principal fator do descaso português residia no que se entende pela significação dada à palavra colonização, em termos econômicos: explorar riquezas. O Ceará não era rico em metais, muito menos possuía o solo massapê, adequado ao plantio canavieiro. O Ceará, portanto, inexistia economicamente.

Uma definitiva ocupação do território cearense veio através da prática do criatório no século XVIII, ao longo dos rios com maior volume d'água. A doação das Sesmarias intensificou esse processo, mais freqüente nas bacias dos rios Acaraú e Jaguaribe.

As estradas coloniais passariam a ser de relevada importância no contexto econômico local, por servirem como principal meio de ligação entre as áreas acima citadas. O

fluxo maior se dava na Estrada Geral do Jaguaribe, que fazia a ligação entre o Porto de Aracati, via médio e baixo Jaguaribe e os sertões baianos, nas margens do São Francisco, e pela Estrada das Boiadas, principal escoadouro das fazendas de criar do Piauí, no rumo das grandes feiras pernambucanas.

A preocupação com o controle dessa produção ocasionou a prática, por parte da Coroa Portuguesa, da fundação de vilas, e por conseguinte, do aparato burocrático e administrativo necessário para se obter esse controle. Três vilas despontaram como principais aglomerados urbanos: Sobral, no Vale do Acaraú, principal entreposto comercial da região norte da província; Aracati, no litoral, porto e escoadouro da produção; e **Icó**, no sertão centro-sul, como principal entreposto comercial, localizado em posição privilegiada, no entroncamento dessas duas principais vias do Ceará colonial.

Icó: uma vila pastoril...

A Vila de Icó foi criada em 1729 e regulamentada em 20/10/1736, a partir de um núcleo preexistente – fruto da ocupação de sesmeiros ao longo do Jaguaribe e afluentes, que ali instalaram seus currais de gado e suas vivendas –, desenvolvendo-se sob a denominação de Icó de Cima, em torno de uma capela, construída em 1709, com a proteção de Nossa Senhora da Expectação.

Com a regulamentação da Carta Régia de 1736, que criou a Vila de Icó, fez-se necessária a existência de uma Igreja Matriz, bem como a construção de uma Casa de Câmara e Cadeia, elementos básicos “não só para a boa administração da justiça mas para a aquietasão daqueles povos pella distancia de 50 léguas que ficava da villa do aquiras do que era termo...”(In: SANTOS, 1968, p.43-4), Ou seja, condicionantes para o surgimento de uma população fixa, tão necessária para o êxito da política urbanizadora da Coroa. É indubitável a importância da Igreja como elemento condicionador desse processo, retratada no espaço e, no caso de Icó, corroborada com a construção de outra igreja em 1749, sob a proteção de Nosso Senhor do Bonfim³.

A regulamentação da Carta Régia não se restringia apenas aos prédios públicos, existindo uma intenção clara na regularização e uniformização do espaço como um todo, com ruas direitas e largas e casas com quintais, o que também era indicado na Carta Régia de 1736. É importante salientar que a tentativa de uniformização do espaço teve de ser condicionada às características do meio físico-geográfico existente – a grande esplanada formada pela rua larga é um reflexo físico da presença da rota das boiadas no quadro urbano – e que nem todas as recomendações foram cumpridas de imediato. Um exemplo claro é a construção da Casa de Câmara e Cadeia, cujo processo se estendeu de 1741 a 1821, ano da inauguração do edifício.

Quanto às habitações, elas seguem o padrão tipológico lusitano da casa tipo corredor, inserida em lotes compridos, com dois acessos: social e de serviço. A imposição da presença do quintal revela uma tentativa de adequação da sociedade – à época, notadamente rural – ao incipiente meio urbano. As fachadas das casas delimitavam o espaço da rua. Portas e janelas, em contato direto com o exterior, faziam a transição entre os espaços público e privado.

O espaço constituído pelos prédios públicos, em conjunto com a grande via formada pelo trajeto natural das boiadas, a implantação das primeiras casas com seus quintais, ocupando todo o lote urbano, e o surgimento dos becos, perpendiculares às vias constituídas pelo conjunto de casas, vão corresponder ao quadro urbano da vila, no final do século XVIII.

Icó: Princesa dos Sertões

No século XIX, a cidade alcança seu apogeu, ocorrendo princípios de modernização do espaço urbano, ou seja, a Vila Pastoral passa a Princesa dos Sertões. Esse processo está relacionado com a vinda da família Real para o Brasil e a adequação do país aos modos europeus de vida. Essas mudanças não se restringiam apenas aos grandes centros urbanos, como também a todos os núcleos economicamente viáveis. No Ceará, tomamos como exemplos os núcleos comerciais que surgiram sobre os auspícios da pecuária: Sobral, Icó, Aracati.

No caso específico de Icó, confirma-se o momento de transformação do espaço vinculado às modificações dos hábitos da sociedade, atestando-se, porém, a permanência de valores tradicionais que irão influenciar na conformação do mesmo espaço.

Percebemos momentos de modernização do espaço nos seguintes eventos:

- elevação à cidade, em 1842;
- Código de Obras e Posturas de 1850: uma tentativa de uniformização do espaço, conforme os padrões europeus;
- relatos de viajantes, governadores provinciais, comissões científicas – como o da Comissão Científica de Exploração de 1859 –, que buscavam o conhecimento de todo o país para melhor adequá-lo ao mundo “civilizado”;
- construção do Teatro da Ribeira dos Icós, em 1860: o neoclássico trazido aos sertões cearenses;
- construção do mercado público, em 1875: setorização do espaço e novo uso e parcelamento do solo.
- nova forma de ocupação da rua do meio, a partir da segunda metade do século XIX: edificações de cunho mais popular, que buscavam os padrões da classe abastada.
- construção de chácaras e sítios; fuga da classe abastada para locais menos “conturbados”.

Há sinais de mudança nos hábitos e costumes, conforme assinala Freire Alemão: “As meninas freqüentam colégios, ou casas de ensino: algumas moças tocam, ou aprendem a tocar piano. Há na terra quatro pianos; e parece que se deve sua introdução à família Thebèrge, cuja mulher e filha (francesas) tocam; e a mulher dá lições.” (Alemão, *apud* IPHAN, 1996).

Por outro lado, atesto as seguintes permanências:

· Nos hábitos:

” Quando se entra em uma sala, as moças aparecem mas sentam-se à parte na conversação...” (Alemão, apud IPHAN, 1996).

· Nas construções:

“Há casas (como a que acaba de fazer o vigário) que têm bonito aspecto, mas dentro são simples salas e alcovas de telha-vã. Quase todo o madeirame do telhado, barrotes de soalho, etc. é de carnaúba. São pouco adornadas de trastes, que são sengelos (em algumas casas, da melhor gente, vi cômodas de mógono, ou de outra madeira, na sala de visitas, assim como cadeiras de balanço). Os balcões das janelas, ou portas de sobrados são de grades de ferro. Há poucas vidraças: as portas muitas não são pintadas. As casas térreas têm rótulas, e são ladrilhadas com tijolos hexagonais...” (Alemão, apud IPHAN, 1996).

E isso não ocorre só nas residências: o teatro, símbolo maior de uma modernização vigente, com sua imponência neoclássica, internamente atesta a rudeza do homem sertanejo. E as cadeiras ... são de couro!

A Princesa é destronada, ou “Icó, cidade do já teve”.

O Processo de desenvolvimento da cidade passará a se reverter na transição entre os séculos XIX e XX, em decorrência de uma política centralizadora de poderes na capital do Estado, pautada na captação e nucleação de grande parte da produção estadual na até então incipiente Fortaleza, causando o desmantelamento das transações comerciais entre Recife e as cidades de Aracati e Icó. A hegemonia econômica da capital é assegurada através do aumento de sua área de influência e o surgimento de novos canais de escoamento, através de investimentos rodoferroviários, que não contemplaram as cidades do vale do Jaguaribe.

Durante o século XX, a cidade passou por tentativas de revalorização, em que o sonho de ser novamente os ideais de progresso era alentado pelo menos por parte da população. Foi assim na década de 40, com a construção da rodovia BR-116, que margeava a cidade, gerando expectativas em relação ao “progresso”. Por outro lado, já se percebe uma preocupação com a imagem da cidade do período áureo, que poderá desaparecer. Nesse caso, o relatório de Rescala – a serviço do IPHAN – se mostra um documento importantíssimo para a compreensão desse momento:

“A cidade passou longo período em completo abandono, a propriedade desvalorizada, vendia-se um sobrado por 1:000\$000 e até por 700\$000. Outros preferiam demolir as suas casas para venderem o material. Com a passagem da estrada de rodagem tronco, a cidade foi reabitada e está em franco progresso, progresso este pernicioso à feição primitiva da cidade. A preocupação da prefeitura é intimar os proprietários a modificarem as fachadas de suas casas, o que está infelizmente acontecendo em grande escala, prejudicando assim a única cidade talvez no Ceará que reunia um conjunto de fachadas de apreciável de arquitetura tradicional. Disse reunia, pois o que hoje existe é um terço do que havia 3 anos atrás. (...) O atual prefeito que está reformando a cidade, obrigando os proprietários a todas as casas antigas, disse-me que vai reformar

o Teatro, irá trocar as galerias de madeira por cimento armado etc.(...) Restam poucas casas que por falta de dinheiro não foram reformadas, entre estas uns 10 sobrados.” (Rescala apud IPHAN,1997, p.17).

Percebemos, então, que os ideais de progresso e o sonho de uma cidade revalorizada e “moderna” transformaram o espaço; porém esse sonho não foi concretizado, pois, na verdade, a construção da rodovia tinha por finalidade o escoamento da produção via Fortaleza, e não incluía um programa de revalorização dos municípios pelos quais passava.

Apesar do alerta do relatório quanto à questão de transformação da imagem da cidade, os princípios de “modernização” continuam, e o início da construção da Igreja Nova se torna outro exemplo desses ideais. A proposta partiu da tentativa de se construir uma igreja que abrigasse, sob seu teto, todos os fiéis em louvação ao senhor do Bonfim, na época da festa destinada ao santo. Era a idéia do “majestoso” e do “imponente”. Iniciada na década de 50, teve seu término apenas na década de 90 e foi motivo de muitas controvérsias por parte da aceitação como templo religioso. A construção se destaca no contexto muito mais pelo sentido de apropriação – e de interferência negativa – do espaço, do que pelas suas qualidades arquitetônicas

A cidade tende a crescer, seguindo a orientação do eixo já existente (sudoeste-nordeste / nordeste-sudoeste), onde se percebe a mesma forma de disposição dos lotes, salvo em áreas que sofreram influências de novos agentes, como é o caso do setor comercial e das áreas relacionadas com a inserção das rodovias no espaço urbano. Os novos espaços públicos ainda demonstram a qualidade evidenciada pelos existentes. Salienta-se esse aspecto pelo – ainda hoje – constante uso dos generosos largos e calçadas.

A década de 70 irá representar um outro momento em que se buscará uma nova revalorização do município. De um lado, inicia-se um longo processo de tentativa de valorização hidro-agrícola das terras nordestinas, principalmente no sertão. O vale do Jaguaribe/Sertão do Salgado entraria na questão, através da implantação do Perímetro Irrigado Icó – Lima Campos.

Entretanto, na intenção de substituir o “cinza” do estio sertanejo pela esperança do “verde”, foram desapropriadas terras produtivas e entregues a pessoas que não tinham o conhecimento das técnicas do cultivo. A promessa de “dias melhores” provocou o fenômeno da migração da população de municípios vizinhos, ocasionando a ocupação periférica na cidade. Além do mais, a implantação do perímetro, muito próxima à área urbana, sem deixar espaço para expansão, acabou por “ilhar” a cidade. No final da década de 80, houve uma permuta de terras entre o DNOCS – Departamento Nacional de Obras contra as Secas – e a Prefeitura, que visava à expansão do quadro urbano da cidade. Essas terras foram adquiridas pela classe mais abastada, criando-se o bairro Novo Centro, o que gerou a saída das pessoas de maior poder aquisitivo da antiga área residencial e ocasionou a proliferação dos cortiços e o avanço do comércio.

Concomitante a essas transformações, vamos ter o início dos estudos que visavam à preservação do núcleo histórico da cidade, com o pedido de inscrição no Livro do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional dos núcleos históricos das cidades de Aracati e Icó, pelo então assessor do IPHAN e representante do

Conselho Superior do Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB – Augusto Carlos da Silva Telles, durante o I Seminário de Estudos sobre o Nordeste – Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico, realizado em Salvador, entre os dias 26 e 29 de novembro de 1974.

Todo esse processo está vinculado à implantação, através da SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Governo Federal – do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas, o PCH. Esse programa visava a empreender uma compatibilização de interesses de preservação e desenvolvimento, bem como a importância da articulação entre os governos Federal e Estadual, ambos partilhando a responsabilidade pela preservação do patrimônio nacional.

Em 1978 o processo é aberto, sob a inscrição nº 968-T-78. Entretanto, os estudos relativos à cidade não foram realizados de imediato, ficando o processo arquivado até 1996, ano em que se pede a reabertura do mesmo, por parte do IPHAN - 4º CR/Ce. A resposta a essa questão pode vir da própria estratégia da política de preservação implantada, partindo-se da constatação de que, para que haja eficácia na proposta, é necessário que os monumentos tenham uma utilização e se mostrem economicamente viáveis. Assim sendo, foram estabelecidos critérios e prioridades, pois interessava, de imediato, “... a recuperação de monumentos existentes em núcleos possuidores de infra-estrutura turística ou em suas áreas de influência... e/ou ... os monumentos em via de destruição ... tivessem ou não possibilidade de pronta utilização e rentabilidade.” (SILVA TELLES, 1974, p.1-2)

Apesar da constatação de que nem sempre os acervos mais importantes de cada Estado se situam em áreas economicamente viáveis à implementação dessa política, ou seja, estarem afastados dos núcleos mais desenvolvidos – sugere-se uma atenção especial àqueles núcleos – o que se pôde constatar foi o privilégio dado a cidades que já possuíam uma infra-estrutura turística propícia à implementação do projeto, bem como aos núcleos possuidores de um acervo histórico e artístico com maior grau de magnificência – como nos casos de Salvador e São Luis, por exemplo

Durante o período de pré-tombamento, as atividades realizadas pelo IPHAN se resumiram basicamente à sistematização de dados e à preparação de documentação que visava à delimitação de uma possível área de tombamento, sendo tomado como referência o inventário realizado pelos alunos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará, orientados pelo prof. José Liberal de Castro. Como atividade intervencionista, concretizou-se, em 1979, o restauro do Teatro da Ribeira, a partir de um convênio celebrado entre SEPLAN/Presidência da República e Secretaria de Planejamento e Coordenação do Estado do Ceará, com recursos do PCH, em conformidade com o que se propunha nos Compromissos de Brasília e Salvador – articulação e partilha de responsabilidade entre poderes, no que diz respeito à política preservacionista.

Nesse mesmo período, a cidade continuou a sofrer algumas intervenções que apontavam para a perda de qualidade espacial, dentre as quais a construção da Estação Rodoviária, que acentuou a quebra do vínculo existente entre a Igreja do Monte e a área mais antiga da cidade, bem como incentivou a ampliação da zona de comércio e serviços numa área que poderia ser mais adequada para implementação de espaços de lazer, através da integração entre o Largo do Monte e o rio Salgado. Houve ainda a intervenção no Largo do Theberge – onde não se levou em conside-

ração a sua localização, como área de entorno de um bem tombado em nível nacional (Casa de Câmara e Cadeia), muito menos houve a preocupação de se adequar o projeto às características morfológicas da área. Ainda se constatou, no período, uma demolição constante de sobrados, vinculada à questão da invasão do comércio na antiga área residencial. Esses fatos evidenciam, cada vez mais, a depreciação do espaço urbano, o que corresponde ao título de “Cidade do já teve”.⁴

Percebe-se que essas alterações estão quase em sua totalidade vinculadas às ações do poder público, o mesmo que se utiliza dos meios de comunicação para atestar o “alto nível de descaracterização do patrimônio histórico”, a necessitar de medidas urgentes de “preservação”. Aponta-se para a necessidade da preservação vinculada à articulação entre as diversas instâncias de poderes, mas, em termos práticos, não se evidenciam ações que abordem problemas relacionados à dinâmica e à complexidade do espaço urbano. Mascara-se essa problemática reduzindo-se o discurso a considerações meramente formais.

A partir dos anos 90, passa-se a vivenciar um novo sonho de revalorização desse espaço urbano, dessa vez através da possibilidade “real” do tombamento do núcleo histórico, fato que se concretiza em dezembro de 1997. A ação preservacionista passa a ser vinculada à implementação de uma política de planejamento urbano que buscará enfatizar a prática do desenvolvimento sustentável e descentralizado, evidenciando-se a atividade turística no município como principal vetor de desenvolvimento, através da utilização do patrimônio cultural como álibi, ou seja, será o legado desse patrimônio que irá evidenciar a singularidade de Icó, como lugar.

A partir de então, torna-se necessário o retorno às questões indicadas no item 1: Será que o discurso e a ação preservacionistas resultantes dessa prática estarão realmente evidenciando a qualidade do lugar?

Uma Princesa tombada às margens do Rio Salgado: Icó, monumento nacional (1996-2002)

O tombamento do núcleo histórico da cidade não só evidencia o valor inestimável do espaço como elemento referencial e simbólico, considerado peça importante para a compreensão do processo de povoamento nordestino e particularmente do Estado do Ceará, como também amplia essa valoração cultural e o integra aos bens culturais representativos da nação, assim como outros núcleos dispersos pela imensidão do território brasileiro. O impacto dessa condição pode ser detectado pelo sentimento de orgulho ostentado pelos técnicos do IPHAN responsáveis pela ação do tombamento, a indicarem a condição de primazia de Icó como um dos primeiros núcleos sertanejos tombados no país (Ver poligonal de tombamento – fig. 1).

Entretanto, essa cidade, Patrimônio Nacional, é a mesma que apresenta um quadro marcado por um intenso processo de estagnação, detectado desde o início do século XX – quando o Vale do Jaguaribe perdeu a condição hegemônica dentro do Estado – e que tem como uma das principais conseqüências a depreciação da qualidade espacial, evidenciada em boa parte por conta de intervenções impostas pelos poderes públicos ou institucionais – União, Estado, Município, Igreja –, que não privilegiaram o lugar em sua essência.



Figura 1 - Delimitação da poligonal de tombamento de Icó. Apesar da constatação da importância do traçado que caracteriza o fluxo das boiadas, para a compreensão do espaço resultante do sistema pecuarista, a grande esplanada (ressaltada na cor cinza no desenho) não entra na sua totalidade na área

Paradoxalmente, são esses mesmos agentes que irão direcionar discursos e ações em prol da reversão desse quadro de estagnação e degradação vivido pela cidade, através da tentativa de inserção e integração das propostas relativas à busca de uma qualidade do lugar e às práticas exercidas pelo mundo de acumulação flexível. Disfarçados pelo discurso de uma política que privilegia a “participação local”, amparados no “moderno e democrático” conceito de “desenvolvimento local e sustentável”, o Governo do Estado, através do PROURB, procura, na verdade inserir as práticas globalizantes na rede municipal cearense, num âmbito que, à primeira vista, tende a privilegiar o local.

O caráter global de tal empreendimento pode ser detectado através do conceito atual de práticas políticas modernizantes, tais como parcerias com a iniciativa privada e órgãos “externos” financiadores, em prol de uma “melhor eficácia das ações”, bem como através do incentivo à implementação de atividades orientadas pelas premissas do atual estágio do sistema capitalista, entre as quais o turismo, atualmente “atividade propiciadora da maior geração de emprego e renda no mundo”. A viabilidade prática dessa atividade acaba sendo atestada e amparada em estratégia bastante “convicente”, para qual todas as instâncias do poder público acenam afirmativamente.

Quanto ao âmbito local, a mesma política utilizada para atestar a viabilidade das práticas globais passa a indicar, em seu discurso, a necessidade de se evidenciar as potencialidades do lugar. No caso de Icó, a valoração simbólico-cultural do espaço, atestada pela sua condição de Patrimônio Nacional, ao mesmo tempo que ressalta o seu potencial como espaço de representatividade cultural, também o evidencia como espaço de competitividade. A característica competitiva do lugar passa a sobressair perante a sua representatividade cultural, visto que essa última, por si só, não se mostra capaz de reverter o quadro de estagnação e, como consequência, promover a melhoria da qualidade de vida na cidade. Entretanto, é através de sua condição de objeto de significação de valores simbólico-culturais – a cida-

de-documento atestada pelo IPHAN – que serão captados os recursos financeiros necessários à implementação dos projetos de reordenamento urbano.

“Icó integra o elenco dos vinte municípios históricos no Brasil, selecionados pelo Ministério da Cultura para ter prioridade nos investimentos destinados a restauração do acervo arquitetônico e cultural. Icó figura, ainda, como o único município cearense incluído no programa desse ministério. (...) A transformação de Icó em um destino turístico, no entanto, está condicionada à transformação dos elementos da cultura e os atrativos em atrações turísticas. (...) Com efeito, esses atrativos culturais, para trazerem resultados no campo do turismo, deverão ser estruturados como atrações turísticas, que comporão a matriz econômica do município. **A transformação dos atrativos em atrações fortalecerá diversos outros segmentos da economia do município, como a agricultura, o comércio, os transportes e os serviços em geral**” (PES, 2001, p.12) (o grifo é nosso).

Portanto, essa condição de representatividade cultural deverá ser evidenciada pelas propostas de intervenção na paisagem, evidenciadas em algumas proposições do Plano Estratégico.⁵ Essas propostas terão como vetores de orientação de um lado, o IPHAN como instância do saber – através dos poderes de seleção e de persuasão –, e o PROURB, que absorve esse saber; de outro, a prática do turismo como mola propulsora do desenvolvimento socioeconômico. Tais vetores, em suas ações, indicam um processo de subordinação do lugar, em sua instância representativa do ser.

No caso do turismo, privilegia-se o ver, pois condiciona-se o lugar a uma instância de espaço idealizado, afastando-o das práticas cotidianas, como podemos constatar através das análises de propostas ditas prioritárias, tais como a requalificação do Mercado Público e a construção, no terminal rodoviário, de local exclusivo para embarque e desembarque de turistas.

Sob outro aspecto, as ações desenvolvidas pelo IPHAN tendem a privilegiar o parecer ser: ao mesmo tempo em que se trabalha, de maneira correta, em prol da recuperação do espaço tradicional – o restauro da Igreja Matriz, amparado em bases científicas – por outro lado, a imagem desse espaço se torna modelo a ser seguido pelas intervenções contemporâneas, tanto no âmbito público como no privado, atestando, assim, o poder de persuasão dessa prática, que se baseia no diálogo fácil e rápido, mas que obscurece a relação de experiência coerente que se deve estabelecer entre o passado e o presente (Ver fig. 2 e 3).



Figura 2 a- Igreja Matriz. Restaurada tendo por base parâmetros científicos.
Fonte: arquivo IPHAN.



Figura 2 b- Nichos da Igreja Matriz. Desenho contemporâneo porém integrado à arquitetura tradicional.
Fonte: arquivo IPHAN.



Figura 3 a- Sobrado em ruínas. Avenida Ilídio Sampaio, década de noventa.
Fonte: arquivo Clewton Nascimento.



Figura 3 b- O sobrado é transformado em câmara dos vereadores, sendo sua fachada recomposta. A busca pela 'eterna imagem do passado'.
Fonte: arquivo IPHAN.

Essa orientação de se trabalhar o lugar como fato histórico fechado em sua representação também será utilizada pela ação do planejamento urbano, através das propostas estabelecidas pelo PROURB. Os planos de prioridades obedecerão à abordagem conceitual do IPHAN, no sentido de direcionarem as propostas na busca da representação do espaço idealizado – a imagem da “princesa dos Sertões”. Nesse sentido, a intervenção na paisagem terá, em suas propostas prioritárias – na maioria das vezes, relacionadas à prática do turismo e à valorização da cidade através do patrimônio cultural –, uma abordagem superficial, relacionada com a tematização do espaço, enfatizando-se uma hierarquização tanto no tratamento dado aos espaços tradicionais, a serem recuperados perante o entorno, a ser adequado, como também na relação entre a área tombada e os seus setores adjacentes.⁶

Tomando ainda como parâmetro a relação de articulação entre a área tombada e setores adjacentes, constata-se que, na negação da cidade como totalidade, através de sua dinâmica, o espaço idealizado acaba sendo “protegido” na demarcação de sua poligonal e na sua condição de representação cultural. Porém o nível de segurança se mostra fragilizado perante a dinâmica do espaço.

Através da análise do caso de Icó, constatou-se que a institucionalização da memória, a partir de bases conceituais que estabelecem suas práticas, revela-se um processo paradoxal. A diversidade cultural, responsável pela inserção da cidade no rol dos espaços preserváveis, desaparece em sua essência, pois as práticas de intervenção na paisagem acabam por afirmar a sua condição de espaço homogêneo; por conseguinte, a conceituação de espaço como **lugar** não se concretiza, visto que o espaço vivido é subordinado em relação à sua **representação**.

Ao utilizar, no título deste artigo, o termo “tombada”, procurei direcionar as questões aqui contidas na busca da revelação da ambigüidade conferida ao termo: a condição do tombamento – proteção sob forma de Lei – não reduz o risco de a Princesa dos Sertões se sentir fragilizada, e tombar – perder as referências –, visto que as ações tendem a gerar uma confusão e não diferenciação entre o **real** e a sua **imagem**. As considerações feitas revelam a pertinência de tal afirmação.

Concluindo, cabe citar um trecho de Ítalo Calvino, para uma breve consideração:

“O olhar percorre as ruas como se fossem páginas escritas: a cidade diz tudo o que você deve pensar, faz você repetir o discurso, e, enquanto você acredita estar visitando Tãmara, não faz nada além de registrar os nomes com os quais ela define a si própria e todas as suas partes. Como é realmente a cidade sob esse carregado invólucro de símbolos, o que contém e o que esconde, ao se sair de Tãmara é impossível saber. Do lado de fora, a terra estende-se vazia até o horizonte, abre-se o céu onde correm as nuvens. Nas formas que o acaso e o vento dão às nuvens, o homem se propõe a reconhecer figuras: veleiro, mão, elefante ... “(CALVINO, 1991, p.17).

Assim como a Tamara “visitada” por Calvino, dentro de pouco tempo, Icó poderá ser reconhecida não pela sua essência, mas como ela se apresenta e pelo que ela simboliza. Enquanto isso, a cidade continua sua saga, ressaltada pelos seguintes versos: “Morrendo e resistindo, resistindo e morrendo”.

José Clewton do Nascimento é arquiteto e urbanista, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. Este artigo é baseado na sua dissertação de mestrado, defendida em 2002 no PPG-AU/FAUFBA, sob a orientação da prof.^a Eloisa Petti Pinheiro.

Notas

- ¹ Programa de Urbanização dos Municípios do Estado do Ceará
 - ² No meu entender, antes de qualquer ação preservacionista nesses núcleos urbanos, é preciso um estudo criterioso sobre a definição desses espaços como lugar. Estou levando essa discussão ao contexto particular da cidade de Icó, no intuito de contribuir na formação de um corpo de discussão acerca do tema.
 - ³ Essas igrejas, com características semelhantes às de Pernambuco, revelam a influência do intercâmbio entre as duas capitanias. Entretanto, a arquitetura chega aos sertões cearenses de forma simplificada, tornando-se exemplo claro da adequação às técnicas construtivas e aos materiais disponíveis. As igrejas surgem, como conseqüência, sem ornatos e com pedras de obra próprias da região.
 - ⁴ Conforme reportagem veiculada no jornal A Gazeta, em novembro-dezembro de 1991
 - ⁵ Poderemos tomar como exemplos algumas propostas: o projeto de “Restauração e Conservação do Largo do Theberge”, que tem como objetivo a “reestruturação dos espaços urbanos da área do Largo do Theberge, valorizando seu patrimônio arquitetônico e contribuindo para incentivar suas potencialidades turísticas (PES, 2001:80), e cujo programa enfatiza “a criação de uma grande área de atração para atividades relacionadas ao lazer e atividades culturais, fomentando o setor turístico” (PES, 2001, p.80); o projeto denominado “Turismo Cultural e Rural”, cujo objetivo primordial consiste em “promover a conservação e a valorização do patrimônio arquitetônico dando à área tombada pelo IPHAN e as demais áreas a infra-estrutura capaz de resgatar a potencialidade turística de Icó” (PES, 2001, p.74); ou também o projeto denominado “Plano de Preservação do Patrimônio Histórico e Arquitetônico tombado pelo IPHAN e Demais Patrimônios de Relevância”, cujo programa consiste em “integrar as edificações tombadas, formando um complexo arquitetônico que possibilite a implantação de um roteiro turístico” (PES, 2001, p.76), em prol de benefícios que visem a “qualificar o principal local de atração turística da cidade” como também “dotar a cidade de melhor estrutura urbana e identidade cultural”(?) (PES, 2001, p.77).
 - ⁶ Para atestar as afirmações, cito algumas propostas contidas no Plano Estratégico. Podem-se considerar as seguintes propostas de “compatibilidade visual”, através da demolição: a demolição de edificações incompatíveis com a proposta de requalificação do patrimônio para a área tombada pelo IPHAN, contidas tanto nas propostas de restauração do Largo do Theberge, como na restauração dos imóveis da avenida Ilídio Sampaio e Rua do Meio (PES, 2001, p.80); a proposta de remoção dos obstáculos visuais existentes, no projeto de “restauração e conservação do Largo do Rosário/ Largo do Monte” (PES, 2001, p.87); a proposta de “Recuperação, integração e compatibilização do Largo do Theberge com o Patrimônio Histórico e Arquitetônico situado em seu entorno”, contido no TDR/Largo do Theberge (2001, p.04); as ações direcionadas nos projetos executivos de recuperação das edificações históricas contidas no TDR/Largo do Theberge, que sugerem “a demolição das edificações que se configurem **obstáculo visual** no largo, tais como restaurantes ao lado e atrás do Teatro, os quiosques e a Igreja Nova (ver, a propósito, a sugestão de estudo de solução paisagística que evite a demolição)”. (TDR/Largo do Theberge ,2001, p.22-23) (o grifo é nosso).
- Com relação à recomposição estilística, pode-se citar, dentro da mesma proposta de ação indicada acima, “a recuperação das edificações incluindo seus parâmetros externos (recomposição de ornatos e elementos arquitetônicos, pintura de fachadas, recuperação de cobertas, etc.); adequação das fachadas das demais edificações aos padrões do sítio histórico.” (TDR/Largo do Theberge ,2001, p.22-3).

Referências Bibliográficas

- ABREU, João Capistrano. *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000.
- ARANTES, Otília. *Uma Estratégia Fatal: A cultura nas novas gestões urbana*, in *Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos*. 2ª. Edição: Petrópolis: Vozes, 2001.
- BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas, volume I*. São Paulo: Brasiliense, 3ª. Edição, 1987.
- CALVINO, Ítalo. *Cidades Invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O Lugar no / do Mundo*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- CARTA DE VENEZA. *Carta Internacional sobre Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios*. Revista do SPHAN, nº 22. Brasília, 1987.
- CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. Portugal: Edições 70, 2000.
- COUTO, Pe. *História do Icó*. Crato: Tipografia e Ação, 1960.
- GIRÃO, Raimundo. *História Econômica do Ceará*, Fortaleza: Ed. Instituto do Ceará, 1947
- HARVEY, David. *Espaços Urbanos na "Aldeia Global": reflexões sobre a condição urbana no capitalismo no final do século XX*, in *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo nº 1, agosto 1994*. Belo Horizonte: PUC-MG.
- JAMESON, Frédríc. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 2000.
- MILET, Vera. *A Teimosia das Pedras: um estudo sobre a proteção do patrimônio ambiental urbano*. Olinda: Prefeitura de Olinda, 1988.
- NASCIMENTO, José Clewton. *Icó – de Vila Pastoril à Princesa dos Sertões: uma história de rupturas e permanências*, in *Anais do VI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. Natal, 2000 [CD-Rom].
- PLANOS TÉCNICOS DO BRASIL / SEINFRA / PMICó. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Icó*, 2001. [CD – Rom]. Este documento contém os Plano de Estruturação Urbana (PEU), o Plano Estratégico (PES), e o Termo de Referência do Largo do Theberge (TDR/Largo do Theberge).
- SANTOS, Milton. *Por Uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SANTOS, Paulo F. *Formação das Cidades no Brasil Colonial*. Coimbra, 1968.
- SILVA TELLES, Augusto Carlos. *Planos Regionais e Definição de Prioridades para o Programa Integrado de Reconstrução das cidades históricas do Nordeste*, in *I Seminário de Estudos sobre o Nordeste*. Salvador, 26 a 29 / 11/ 1974.
- IPHAN - _ Icó – Estudo para Tombamento Federal, volume I, 1997,
- IPHAN _Dossiê IPHAN, apresentado a Secretaria de Turismo do Estado do Ceará, 2000.
- VAINER, Carlos. *Pátria, Empresa e Mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano*, in *Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos*. 2ª. Edição: Petrópolis: Vozes, 2001.